



Anais da Assembléia

Nº 16

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 16 DE MARÇO DE 1993

ANO XIX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI
Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO
1º Vice-Presidente - BPI

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO
2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY
1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO
2º Secretário - PP

BASILIO ZANUSSO
3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI
4º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
PDT Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI
PT Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PP Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA
BPI Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB — 12: Arelindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida Cesar - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - • Oswaldo Trevisan - • Luiz Henrique Bona Turra - • Nereu Alves de Moura; **Suplentes:** - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP — 10:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Julio Bifon - Antonio Costenaro Neto; **PFL — 06:** Elio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duílio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nenson Garcia; **Suplentes PFL e PRN:** José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT — 06:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Algaci Ormário Túlio - Paulo Maia de Oliveira - Namir Piacentini - Luiz Carlos Zuk; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mario Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB — 06:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João F Falavinha Iensen; **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB — 01:** Alceu Antonio Swarowski; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PT — 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL — 03:** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE — 07:** Valdir Luiz Rossoni - Luiz Carlos Alborghetti - Lourenço Fregone-se - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Antonio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto - Secretário da Justiça e da Cidadania

(*) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 13.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 16 DE MARÇO DE 1993
(TERÇA-FEIRA)

Líder do Governo e PMDB

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Através da presente, solicito a Vossa Excelência, providências no sentido de ser substituído o Deputado Luiz Henrique Bona Turra, na Comissão de Finanças, pelo Deputado Nereu Moura, atualmente indicado para uma suplência da referida Comissão, ficando o primeiro Deputado indicado para suplente.

Sendo o que se apresenta, renovo a Vossa Excelência, protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 16.03.93

(a) RENATO ADUR

Líder do PMDB

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 321

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2.^a discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 16.03.93

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 338

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após o douto Plenário, seja inserido na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Orcino Antonio Canesso, ocorrido, ontem, nas proximidades de Garuva, neste Estado.

Filho de Aldivo Floro Canesso e de Dona Juanita do Rosário Canesso, Orcino era casado com a Professora Tânia Mara Stefanini, tendo dois filhos.

Jornalista competente, Orcino Canesso era um dos mais antigos funcionários do Jornal Gazeta do Povo, desta Capital, onde ingressou em 28 de novembro de 1962.

De personalidade alegre, extrovertida e muito criativo, Orcino era uma das pessoas mais estimadas entre os funcionários da Gazeta do Povo, onde conquistou, ao longo dos anos, o respeito e a admiração de vasto círculo de amigos.

O passamento é também lamentado - como não poderia deixar de ser - nos meios políticos, onde Orcino Canesso era muito conhecido.

Que se manifeste, à família enlutada,

Presidência do Senhor Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Senhores Deputados Paulo Maia e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Ademair Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Eurides Moura, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, José Alves, José Arthur Ritti, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nereu Alves de Moura, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix, Toti Colaço e Rossoni (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede a leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Indicação:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

O Deputado que a presente subscreve, na qualidade de Líder do PMDB, indica o Deputado Djalma de Almeida César, como representante na Comissão Especial de Reforma a Constituição, lida na sessão do dia 15 do corrente.

Sala das Sessões, em 16.03.93

(a) RENATO ADUR

nosso mais sinceros votos de profundo pesar.

Sala das Sessões, em 16.03.93

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 322

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de agradecimento ao Governo do Estado nas pessoas do Senhor Governador Roberto Requião e Secretário dos Transportes Senhor Mário Pereira, pela iniciação da construção do Trevo do Posto Presidente em Ponta Grossa. Obra essa que vai beneficiar toda a população dos Campos Gerais e também a famílias paranaenses brasileiras e estrangeiras, que por ali transitam em destino às suas cidades e lugares a serem visitados, obra reclamada a dezenas de anos pela população dos Campos Gerais, pelos Prefeitos, Vereadores e principalmente pelos representantes da região nesta casa.

Cabe ao Deputado Djalma de Almeida César uma grande parcela de contribuição para essa obra ser realidade.

Requeiro ainda se dê conhecimento desse teor, às autoridades citadas e o registro nos Anais do trabalho dos representantes da Região dos Campos Gerais e em especial aos de Ponta Grossa, alguns dos quais já falecidos, como o Deputado Davi Federmann e outros.

Sala das Sessões, em 16.03.93

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 323

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja feito a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, para que a FUNDEPAR, preste auxílio através de remessa de material fisioterapêutico, para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, mantenedora da Escola Especial Joana Carreira Portelinha, do Município de Califórnia.

Sala das Sessões, em 16.03.93

(a) HEINZ HERWIG

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento se dá em razão das precárias condições financeiras, pela qual está passando a referida escola, única no atendimento a excepcionais no Município de Califórnia, e sem estrutura para adquirir tal equipamento e material adequado para esta finalidade.

REQUERIMENTO N° 324

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja feito a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, para que a FUNDEPAR preste auxílio através de remessa de material pedagógico, para a Associação de Proteção a Maternidade Infantil (Creche João Gimeni), do município de Califórnia.

Sala das Sessões, em 16.03.93.

(a) HEINZ HERWIG

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento se dá em razão das precárias condições por qual está passando, a referida creche, carente de material pedagógico-educacional, bem como apoio de material para o trabalho de iniciação e introdução no setor profissional.

REQUERIMENTO N° 328

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário o envio de expediente ao Chefe da Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil, Ministério da Agricultura, Ministério da Economia e ao Presidente da República, solicitando providências no sentido de minimizar as dificuldades que vem enfrentando os Agricultores, na comercialização da safra 92/93, pela falta de recursos disponíveis, obrigando-se os mesmos, a venderem os produtos bem abaixo do mínimo garantido, tomando como base, as reivindicações tiradas na Assembléia da Associação dos Sindicatos dos Empregadores Rurais do Sudoeste do Paraná, realizada em 18 de fevereiro de 1993, em anexo.

Sala das Sessões, em 16.03.93.

(a) OVÍDIO CONSTANTINO

JUSTIFICATIVA:

Um país com a dimensão e os problemas sociais do Brasil não pode ter uma política agrícola meramente produtivista. Todos os países desenvolvidos praticam uma política agrícola com amplo sentido social visando o agricultor e não somente o produto agrícola.

A demora na liberação de recursos para o EGF e AGF, agrava a situação no campo, obrigando os agricultores a comercializarem os produtos abaixo do preço mínimo garantido.

Solicitamos providências no sentido de que se viabilize a agricultura, definindo-se a política desde o plantio até a comercialização pois, desta forma, estaremos evitando o êxodo rural que traz como grave consequência o inchaço das médias e grandes cidades.

REQUERIMENTO N° 329

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário o envio de expediente ao Secretário de Estado da Agricultura Osmar Dias e ao Governador do Estado Roberto Requião, solicitando esforços no sentido de gestionarmos junto aos órgãos competentes, melhorias na política de preços e na definição das normas para o financiamento da comercialização da safra, melhorias estas que viriam a beneficiar a todos os agricultores, tomando como base as reivindicações tiradas por ocasião da Assembléia da Associação dos Sindicatos dos Empregados Rurais do Sudoeste do Paraná, realizada em 18 de fevereiro de 1993, em anexo.

Sala das Sessões, em 16.03.93.

(a) OVÍDIO CONSTANTINO

JUSTIFICATIVA:

Enormes são as dificuldades dos agricultores quando do plantio, pela falta de recursos, descapitalizados pela recessão imposta na última década. Os preços dos produtos agrícolas estão caindo, com o início da comercialização da safra. Em vários estados em que a colheita está adiantada e o rendimento da safra indica boa oferta neste ano, os preços já caíram abaixo do mínimo garantido pelo governo. O arroz, feijão, milho, fumo e outros, estão abaixo dos preços garantidos, se comparados aos preços do ano passado e, o que é mais grave, mesmo tendo o preço mínimo estipulado, não existe subsídio para a comercialização da safra.

É necessário que nos empenhemos na luta para que haja mudanças fundamentais na política agrícola, possibilitando que os agricultores tenham, desde subsídio para o plantio a um preço justo para os produtos, evitando-se a realização de leilões de produtos agrícolas, durante a época da colheita.

REQUERIMENTO N° 330

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Saúde, Nizan Pereira, solicitando a liberação de recursos financeiros para a aquisição de uma ambulância para o município de Inácio Martins.

A solicitação em tela, se atendida irá proporcionar à área de saúde do município postulante, melhores condições de atendimento em termos de saúde pública, notadamente será o nível da qualidade, com um pronto atendimento.

Sala das Sessões, em 16.03.93.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 331

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes, solicitando a pavimentação asfáltica da estrada que liga o município de Inácio Martins à localidade de Guára, Inácio Martins à Guamiranga no município de Irati.

Sala das Sessões, em 16.03.93.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 332

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Saúde, objetivando o envio de medicamentos para a municipalidade de Araruna.

A quantidade de medicamento destinada em cada remessa, não tem sido suficiente para atender a toda população, cuja consequência direta é impossibilidade de fazê-lo, criando grandiosos transtornos em toda a cidade nessa área de saúde.

Em face dos motivos aqui apresentados, aguarda-se a adoção de medidas objetivando resolver tal problema, restabelecendo o atendimento à altura das reais necessidades do município.

Sala das Sessões, em 16.03.93.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 335

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente oficial ao Poder Legislativo à Secretaria de Estado da Segurança Pública e Conselho Estadual de Entorpecentes, a fim de que sejam tomadas as providências necessárias para investigação e coibição da comercialização a escolares de materiais com alusão ao consumo de drogas.

Com a volta às aulas, os estudantes encontram - apesar dos preços excessivos - muitas novidades em material escolar, com o objetivo de atrair a atenção para o produto.

Essas novidades são exibidas com orgulho pelos adolescentes no retorno às aulas, em todo o Brasil, inclusive em Curitiba.

Uma polêmica vem sendo estabelecida em torno de alguns desses produtos, como no caso em que o juiz de direito de Ribeirão Preto, São Paulo, mandou apreender todo o estoque nas papelarias da cidade de um modelo de lapiseira em forma de seringa. Este produto, de fabricação asiática, impor-

tado do Paraguai, é utilizado por uma população na faixa de 10 a 16 anos e sugere o uso de entorpecentes injetáveis (já que, inclusive, contém um líquido de coloração azulada).

Segundo o entendimento do juiz paulista, compartilhado por nós, isso constitui um verdadeiro estímulo ao uso de drogas e como consta da sua sentença "TEMOS QUE RESPEITAR A FRAGILIDADE PSÍQUICA DESSA POPULAÇÃO EM FASE DE FORMAÇÃO DE PERSONALIDADE".

Em Curitiba, inúmeras vezes foram vistas crianças simulando a aplicação de drogas com a citada lapiseira, acompanhada da simulação também dos efeitos decorrentes da mesma.

Diante destes fatos, parece necessária uma apuração por parte dos organismos competentes, visando a eliminação de tais produtos do comércio, em nosso Estado, particularmente, no dirigido às crianças e adolescentes.

Sala das Sessões, em 16.03.93.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 336

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Professor Elias Abrahão, Secretário de Estado da Educação, solicitando que se determine ao setor competente, estudos técnicos que viabilizem implantar na Universidade Estadual de Ponta Grossa o curso de Turismo, Tecnólogo em Turismo ou congêneres, objetivando dotar o setor turístico de Ponta Grossa, região dos Campos Gerais, bem como o interior do Estado, de profissionais com formação superior que se requer.

Tal curso viria a preencher uma lacuna ainda hoje existente em municípios de potencial turístico invejável e que começam a despertar para a necessidade de desenvolvimento da chamada "indústria sem chaminé", como fonte de riqueza e de criação de empregos diretos e indiretos no Paraná.

É o caso de Ponta Grossa, onde o desenvolvimento do turismo em todas as suas nuances começa a dar resultados positivos, mas faltam profissionais que a curto prazo terão que atuar com pleno domínio do assunto.

Sala das Sessões, em 16.03.93.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

Os próprios termos do presente justificam-no plenamente.

REQUERIMENTO N° 319

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente,

REQUER após ouvido o douto Plenário, a oficialização de expediente endereçado ao Secretário da Fazenda, Senhor Heron Arzua, solicitando informações relativas ao processo administrativo, instaurado pelas resoluções 159/92 e 291/92, embasadas nos protocolos 1.027.117-7 e 1.326.742-1 respectivamente.

Sala das Sessões, em 16.03.93.

(a) ERNANI PUDELL

JUSTIFICATIVA:

Recebemos denúncias em que, nos protocolos 1.027.117-7 e 1.326.742-1 da Secretaria de Estado da Fazenda - SEFA, relativos aos inquéritos de feijão e café, estão ocorrendo fraudes no ICMS.

Na mesma denúncia, informa que nas comissões instauradas para apurarem tais denúncias, vem ocorrendo erro hierárquico, onde, na composição da equipe agente fiscal 2 vem julgando agente fiscal 1.

Para tanto é que requeremos os esclarecimentos.

REQUERIMENTO N° 333

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de Pedido de Informação ao Senhor Paulo Roberto Cordeiro, Presidente da TELEPAR, solicitando:

1. Cópia de todo processo licitatório feito para a contratação das empresas para o "Plano de Expansão de Telefones".

2. Cópia do contrato firmado entre a TELEPAR e as empresas vencedoras: a) Alcatel Telecomunicações S/A; b) Consórcio Socofer/STC/OAS; c) Consórcio Equitel/Furukawa/INEPAR; d) Consórcio Promon.

Sala das Sessões, em 16.03.93.

(a) DOUTOR ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

No dia 08 de janeiro do corrente, no Jornal "O Estado do Paraná" foi publicado o Plano de Expansão de Telefones, as empresas responsáveis e as respectivas localidades.

Como o Estado do Paraná é acionista da TELEPAR, cabe aos poderes deste exercerem o papel de fiscalização e, como membro do Poder Legislativo e cidadão ciente de seus direitos é que solicita-se tais documentos.

REQUERIMENTO N° 334

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, de acordo com o disposto no art. 55 e seu parágrafo único da Constituição do Estado do Paraná, o envio à Secretaria de Estado da Educação do seguinte,

PEDIDO DE INFORMAÇÕES

I. É de conhecimento da SEED o abandono das obras da Escola Estadual Arlindo Amorim, situada na Rua Cid Campelo, na Vila Nova Barigüi, nesta Capital?

II. Qual a razão de tal abandono?

III. Quais as obras que estão sendo realizadas em tal escola e qual o custo dessas?

IV. Quais os valores já aplicados e quanto ainda será investido?

V. Enviar o cronograma de obras, com prazos de início de previsão de conclusão.

VI. Enviar documentos relativos ao processo de obras.

VII. Quando as obras serão retomadas?

VIII. É do conhecimento da Secretaria que tal escola foi transformada - devido ao completo abandono - em refúgio para vândalos e marginais?

IX. Quais as providências adotadas para solução desse problema que afeta diretamente a segurança da população local?

Sala das Sessões, em 16.03.93.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Lamentavelmente mais uma denúncia chega a este Poder, dando conta de obras públicas abandonadas. Agora, trata-se de uma escola estadual, Arlindo Amorim, que segundo notícias da imprensa, teve suas obras paralisadas há várias semanas.

Além do notório prejuízo financeiro aos cofres estaduais, tal abandono reflete-se em prejuízo à comunidade, eis que vagas escolares deixam de ser oferecidas à população.

Também parece importante reafirmar que os custos com a realização das obras de conclusão apresentam-se sempre, via de regra, consideravelmente inferiores aos decorrentes do abandono.

No caso em questão, além desses inconvenientes, há o problema da transformação do referido prédio em refúgio de vândalos e marginais, o que acaba concorrendo para a insegurança da população circunvizinha à escola.

Diante disto, confiamos no pronunciamento da SEED sobre os quesitos formulados, acompanhado de imediata ação para solução do problema apresentado.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 073/93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica instituído o dia 12 de outubro como o Dia Estadual do Resgate das Crianças Desaparecidas.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.03.93.

PROJETO DE LEI N° 074/93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Institui o Programa Emergencial de Saneamento Básico no Estado do Paraná, destinado à implantação de medidas preventivas contra a propagação da epidemia do "cólera".

Art. 2° - O Poder Executivo fica autorizado a abrir crédito suplementar ao orçamento da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano, visando a realização de obras de infra-estrutura sanitária, com ampliação e aprimoramento das redes de esgoto, coleta e disposição final de resíduos, e ainda, sistemas de captação e tratamento de água, nos municípios do Estado, e inclusive, nos núcleos habitacionais caracterizados como cortiços ou favelas.

Parágrafo Único - Os municípios poderão participar da implantação do "Programa Emergencial de Saneamento Básico", fornecendo mão-de-obra, equipamento e maquinário, através de convênios firmados entre o Executivo e as Prefeituras Municipais, visando ações integradas para a execução das obras de saneamento necessárias.

Art. 3° - Os recursos serão aplicados, prioritariamente, nos municípios com maior carência nos serviços de água, esgoto e controle sanitário.

Art. 4° - As despesas decorrentes da aplicação dessa lei serão cobertas pelas dotações próprias do orçamento.

Art. 5° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16.03.93.

(aa) ERNANI PUDELL

DOUTOR ROSINHA

OVÍDIO CONSTANTINO

JUSTIFICATIVA:

O desenvolvimento da epidemia do cólera na América Latina e sua possível propagação no Brasil, como vêm anunciando as autoridades sanitárias dos órgãos de Saúde do Brasil e da OMS, exigem do Executivo Estadual a adoção, urgente, de ações concretas e coletivas, de caráter preventivo, que possam interferir e alterar as condições que propiciam o desenvolvimento dessa epidemia.

É sabido, que a pobreza e as condições sanitárias desfavoráveis são elementos importantes na propagação dessa epidemia, assim como de outras que têm sistematicamente atingido nosso Estado e todo o país.

Destarte, não é suficiente, em que pese ser também importante, a divulgação pelos meios de comunicação das informações que vão auxiliar a população a enfrentar a doença.

É necessário e imperioso, que o Execu-

tivo Estadual adote as medidas concretas que, efetivamente, vão impedir a propagação da epidemia, determinando a imediata realização de obras de saneamento básico.

Assim, é que o projeto objetiva priorizar no Estado do Paraná, no momento, à implantação dessas ações preventivas que poderão evitar a propagação da epidemia, enquanto ela ainda não se manifestou, até porque, é certo que medidas que ampliem e aperfeiçoem a infra-estrutura sanitária, terão como consequência a prevenção, inclusive, de outras doenças que atingem a população.

PROJETO DE LEI N° 075/93

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Bituruna, Estado do Paraná, área de 15 alqueires, registrada no Livro de Transcrições das Transmissões "3X", às folhas n° 132, sob o n° 22.624, datado de 18 de dezembro de 1956, do Cartório do 1° Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de União da Vitória.

Art. 2° - O imóvel objeto desta doação fica gravado com as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade, passando a fazer parte do patrimônio do Município de Bituruna.

Art. 3° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.03.93

(a)ROSSONI

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei que ora submetemos à apreciação desta Casa de Leis, tem por finalidade a doação de 15 (quinze) alqueires de Propriedade do Estado do Paraná, ao Município de Bituruna, iniciativa esta que fundamenta-se nas aspirações de vontade local, através de manifestações de suas lideranças políticas, juntamente com a Administração Municipal, para o desenvolvimento de projetos para a referida Comunidade.

Sendo assim, esperamos poder contar com o necessário apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis, por se tratar de matéria meritória e justa.

PROJETO DE LEI N° 076/93

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, com sede e foro no

Município de Cândido de Abreu.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.03.93

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição objetiva declarar de Utilidade Pública estadual a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Cândido de Abreu, cujo estatuto prevê atividades e objetivos voltados à melhoria das condições de vida dos deficientes.

É importante salientar que a mesma não remunera os membros de sua direção e, atende ainda, às demais exigências da lei reguladora das declarações de Utilidade Pública.

PROJETO DE LEI N° 077/93

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica proibido em todo o território do Estado do Paraná, a fabricação, a venda, o transporte e a soltura de balões que possam provocar incêndios nas florestas e demais formas de vegetação, inclusive nas zonas urbanas.

Art. 2° - Ao infrator do estabelecido no artigo primeiro desta lei, serão aplicadas as sanções previstas na legislação vigente.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigência na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.03.93

(a) DOMINGOS CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

Visa o presente plano de lei em proibir a fabricação, a venda, o transporte e a soltura de balões que provocam incêndios em todo o território do Estado do Paraná.

Pois, é do conhecimento de todos que o uso de balões que provocam incêndios, causam prejuízos irreparáveis nas reservas e em todas as formas de vegetação, inclusive quando caem em zonas urbanas podem provocar incêndios de proporções incalculáveis, bem como põe em risco a integridade física da população.

Sendo assim, tenho certeza que esta Casa de Leis, após examinar o presente projeto de lei, irá aprová-lo, já que o mesmo visa resguardar a segurança pessoal do povo que vive no Estado do Paraná, bem como a proteger o patrimônio de nossa gente.

PROJETO DE LEI N° 078/93

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Pastor Elias Alves Moreira.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.03.93.

(aa) ORLANDO PESSUTI

JOÃO IENSEN

JUSTIFICATIVA:

Com setenta anos de idade, o Pastor Elias Alves Moreira, é hoje um verdadeira patrimônio da Igreja Evangélica Assembléia de Deus e, por que não dizer, do evangelismo brasileiro. Sua vida está mesclada com a história das igrejas evangélicas.

Batizado em 1946, casou-se em 47, no ano de 1950 foi consagrado Diácono, três anos depois foi credenciado para trabalhar como Evangelista, sendo um mês mais tarde, consagrado Presbítero e em 1956, consagrado Pastor, em cujo ministério permaneceu até 1981, quando foi aposentado por tempo de serviço. Na sua folha corrida consta sua participação desde Evangelista em Arapongas até Professor de Estudos Bíblicos na Escola Bíblica de Obreiros em Curitiba; passando ao longo de seu ministério como Pastor de várias igrejas em Arapongas, Centenário do Sul, ao norte do Estado; Pastor Presidente da Assembléia de Deus; Conselheiro da Casa Publicadora da Assembléia de Deus no Brasil; Tesoureiro do Departamento das Missões; enfim, uma participação digna como pregador do Evangelho.

Neste seu ministério revelou um grande dom como administrador, tendo comandado as construções dos templos da Igreja Assembléia de Deus em Centenário do Sul, Lupionópolis, Santo Inácio, Cafeara, Colorado, São Martinho, Alto Alegre, Santa Fé, Santa Zélia e Tupinambá. Dirigiu as construções das casas pastorais de Centenário do Sul, Rolândia, São Martinho, Colorado, Santa Fé e Santa Zélia. Fundou e manteve em funcionamento durante muitos anos em Arapongas o Instituto de Assistência Social "Apóstolo São Paulo". Fundou, e por três anos manteve em funcionamento o curso primário da Escola José Joaquim dos Santos, em Arapongas, tendo tido uma grande experiência no campo social e educacional.

Escreveu e publicou quatro livros: "Luz que Brilha na Escuridão", "A Vida Cristã Facilitada", "Seu Casamento é Dueto ou Duelo?" e "Horóscopo e Astrologia à Luz da Bíblia". Ainda no campo da literatura, escreveu as apostilas: "A Teologia de Jesus Cristo", "Pastorologia, Ministeriologia e Sexo", "Namoro e Noivado". Suas múltiplas

atividades no ministério religioso, social e educacional, não impediram seu zelo e amor pela família, sendo considerado por sua esposa, Dona Maria e seus sete filhos, como marido extremoso e pai amoroso.

PROJETO DE LEI Nº 079/93

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Será concedido um adicional de insalubridade pelo exercício, em caráter permanente, em unidades ou atividades consideradas insalubres, aos funcionários públicos, servidores civis e militares da Administração Direta e das Autarquias do Estado do Paraná.

Art. 2º - Para efeito de concessão do adicional de insalubridade de que trata esta lei, serão avaliadas e identificadas as unidades e as atividades insalubres.

§ 1º - Na forma estabelecida em regulamento, as unidades e as atividades insalubres serão classificadas em graus máximo, médio e mínimo.

§ 2º - Aos Secretários de Estado e aos Superintendentes de Autarquias compete conceder, à vista dos laudos técnicos a serem expedidos para regulamentar esta lei, o adicional de insalubridade aos respectivos funcionários e servidores beneficiados, mediante publicação de relação nominal.

§ 3º - Os laudos técnicos terão como base a legislação federal, trabalhos técnicos pertinentes e literatura especializada e integrarão as Normas Técnicas Regulamentares desta lei.

Art. 3º - O adicional de insalubridade será pago ao funcionário ou servidor de acordo com a classificação nos graus máximo, médio e mínimo, em percentuais de, respectivamente, 40% (quarenta por cento), 20% (vinte por cento) e 10% (dez por cento), que incidirão sobre o valor correspondente a 02 (dois) salários mínimos vigentes.

Parágrafo Único - O valor do adicional de que trata este artigo será reajustado sempre que ocorrer alteração no valor do salário-mínimo, independentemente de reajuste salarial do funcionário público civil ou militar.

Art. 4º - O funcionário ou servidor fará jus ao adicional de insalubridade enquanto estiver afastado do serviço, sem prejuízo dos vencimentos de demais vantagens do cargo ou função-atividade, em virtude de:

I - férias trabalhistas;

- II - casamento;
- III - falecimento do cônjuge, filhos, pais ou irmãos;
- IV - falecimento dos avós, netos, sogros, padrasto ou madrasta;
- V - serviços obrigatórios por lei;
- VI - licença quando acidentado no exercício de suas atribuições ou atacado de doença profissional;
- VII - licença à funcionária ou servidora gestante;
- VIII - licença à funcionária ou servidora adotante;
- IX - licença compulsória prevista em lei;
- X - licença-prêmio;
- XI - licença para tratamento de saúde;
- XII - faltas abonadas previstas em lei;
- XIII - missão ou estudo dentro do Estado em outros pontos do território nacional ou no estrangeiro até 30 (trinta) dias;
- XIV - participação em congressos e outros certames culturais, técnicos ou científicos;
- XV - participação em provas de competição esportiva, até 30 (trinta) dias;
- XVI - doação de sangue na forma prevista na legislação;
- XVII - comparecimento aos órgãos de assistência médica para fim de consulta ou tratamento em sua própria pessoa.

Art. 5º - Ao Governo do Estado, através do órgão competente, caberá acrescentar à legislação em vigor o previsto nesta lei.

Art. 6º - No cálculo de proventos será computado o adicional de insalubridade a que fizer jus o funcionário ou servidor no momento da aposentadoria, na base de 1/60 (um sessenta avos) do respectivo valor para cada mês em que, no período dos 60 (sessenta) meses imediatamente anteriores à aposentadoria, o funcionário ou servidor tenha estado em exercício nas condições referidas no Art. 1º, com a percepção do mencionado adicional.

§ 1º - O atual funcionário ou servidor que vier a requerer a aposentadoria dentro de 60 (sessenta) meses contados da data da publicação desta lei, terá assegurado o direito de computar integralmente, no cálculo dos proventos, o adicional de insalubridade que estiver percebendo no momento da aposentadoria, desde que, cumulativamente:

Inciso I - nos 60 (sessenta) meses anteriores à data do protocolamento do pedido de aposentadoria tenha estado em exercício, em caráter permanente, em unidades ou atividades consideradas insalubres;

Inciso II - esteja percebendo o adicional de insalubridade prevista nesta lei durante, pelo menos, o período de 12 (doze) meses imediatamente anteriores à data do protocolamento do pedido de aposentadoria.

§ 2º - Para o fim previsto neste artigo ter-se-á por base nos casos de implementação de idade, a data do evento.

Art. 7º - O adicional de insalubridade de que trata esta lei será concedido ao funcionário enquanto perdurar o exercício em unidades ou atividades insalubres, devendo cessar a concessão se, constatada mediante laudo técnico, a eliminação da insalubridade.

Parágrafo Único - Compete à Administração Direta e Autárquica a adoção de medidas a seres disciplinadas em regulamento, visando eliminar a insalubridade.

Art. 8º - Esta lei não se aplica aos servidores admitidos nos termos da legislação trabalhista, que já lhes faculta o direito à percepção de adicional de insalubridade.

Art. 9º - Para atendimento das disposições desta lei fica criada em nível central, na forma e com as atribuições a serem estabelecidas em regulamento, a Comissão Permanente de Insalubridade, que deverá ter composição paritária entre a administração e os servidores.

Parágrafo Único - O regulamento deverá dispor sobre a criação dos órgãos técnicos especializados em engenharia de segurança e medicina do trabalho, bem como de Comissões de Saúde do Trabalho nos locais de trabalho.

Art. 10 - Compete à Administração Centralizada e Autárquica promover a melhoria das condições de trabalho, através de medidas de engenharia de segurança e medicina do trabalho definidas em regulamento.

Art. 11 - Caberá ao funcionário ou servidor interpor recurso junto à Comissão Permanente de Insalubridade sempre que se considerar prejudicado nos direitos assegurados nesta Lei.

Art. 12 - Para atender as despesas decorrentes da aplicação desta lei, o Poder Executivo deverá prever dotação de recursos no projeto de lei orçamentária anual do Estado.

Art. 13 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.03.93

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

Assim como os trabalhadores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho têm o direito à percepção do adicional de insalubridade quando exercem sua atividade em local considerado insalutífero, da mesma forma, o servidor público que se enquadra na mesma situação, faz jus ao recebimento do adicional.

É justo que o trabalhador, ao exercer atividades que tragam riscos para sua saúde, perceba um acréscimo em seus vencimentos.

Com este projeto de lei pretende-se fazer justiça ao servidor público estadual que, em exercendo atividades consideradas insalubres, obtenha as mesmas vantagens trabalhistas do empregado regido pela C.L.T.

Desta forma, solicito aos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis que apoiem e aprovem esta medida por ter um relevante caráter de justiça social.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - No Grande Expediente concedo a palavra ao Senhor Deputado Toti Colaço.

Declina.

Passamos ao Horário das Lideranças.

PL. Declina

PMDB. Declina.

PSDB. Declina.

BPI. Declina.

PTB. Declina.

PFL. Declina.

PP. Declina.

PDT. Concedo a palavra ao Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Senhor Presidente, Senhores Deputados, rapidamente usando da palavra destinada ao Horário do PDT, nós queríamos registrar que no dia de amanhã, historicamente vai ser resolvido em Ponta Grossa um problema gerado há dezenas de anos passados.

Trata-se do Posto Presidente, o trevo que Sua Excelência, o Governador irá sancionar, a iniciação daquele processo licitatório para sua construção.

Nesta Casa já se passaram diversos representantes daquela comunidade dos Campos Gerais e mais especificamente de Ponta Grossa, foi o Deputado Davi Federmann, foram outros Deputados que realmente trabalharam para o que vai ser feito no dia de amanhã, chegasse a realidade. Mas em especial, Senhor Presidente, Senhores Deputados estamos entrando com um requerimento para que fique registrado nos Anais desta Casa, a colaboração, a presteza e principalmente o trabalho do Deputado Djalma de Almeida Cesar que não mediu esforços, por tantas vezes questionado, tantas vezes até agredido pela imprensa, parte da imprensa

de Ponta Grossa quanto a construção daquele viaduto.

E hoje, aqui estamos para em nome da população de Ponta Grossa, da região dos Campos Gerais, a região que realmente transita inúmeras famílias brasileiras e estrangeiras que vão à Foz do Iguaçu reverenciar o nome daquele que num sentido humano já não se encontra conosco, está num campo espiritual maior que o nosso, que é esse mundo material, mas que materialmente aqui se encontra aquele que tem parte naquela obra que vai ser edificada.

Cabe ao Deputado Djalma de Almeida Cesar a grande parte que essa obra é concretizada.

Por isso, Senhor Presidente, requeiro que seja transcrito nos Anais desta Casa o teor do meu requerimento que o 1º Secretário fará a leitura.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - No Horário das Lideranças o PT com a palavra, Deputado Ovídio Constantino.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, nós estamos encaminhando à Mesa requerimentos a serem enviados ao Senhor Governador do Estado, ao Secretário da Agricultura Osmar Dias, bem como ao Presidente da República, ao Ministro da Agricultura e também ao Diretor de Crédito da Carteira Agrícola do Banco do Brasil.

O que nós estamos exigindo nesse requerimento, Senhor Presidente, Senhores Deputados é o cumprimento através do Governo Federal das deliberações ou das promessas com relação as safras que os agricultores estão em colheita nesse período.

Mais uma vez, como em outras oportunidades aqui já me pronunciei, em todas as safras há enganação e há promessas por parte do Governo Federal aos agricultores do Paraná e do nosso País inteiro.

Os agricultores se vêem obrigados a vender os seus produtos por preços irrisórios porque nem o preço mínimo oficial a política oficial do governo os garante.

A exemplo disso nós vimos na última safra do feijão em algumas regiões do Estado, já totalmente comercializada, em outras regiões fazendo-se a comercialização nesse momento, quando o preço mínimo oficial garante em torno de trezentos e noventa mil o saco de feijão e os agricultores tiveram que vender a duzentos e oitenta, trezentos porque o Governo Federal não garante e não libera recursos através dos bancos oficiais para a implementação, para a elaboração do EGF através do empréstimo pelos bancos oficiais.

Há necessidade urgente de que se cobre das autoridades responsáveis este prejuízo que os produtores estão tendo em nosso Estado.

Neste sentido nós recebemos da Associação dos Sindicatos dos Empregados Rurais do sudoeste do Estado um documento elaborado por esta associação de sindicatos há alguns dias passados, no mês de fevereiro, onde solicita as providências das autoridades competentes nesta área e solicita através deste documento que estamos nos somando e enviando as autoridades que mencionei no início através de requerimento exigindo a imediata liberação de recursos para garantia dos preços mínimos oficiais através de financiamentos com EGF aos produtores com opção de venda.

Ao mesmo tempo que o Governo Federal determina a todos os agentes financeiros que atuam no sistema nacional de crédito que os financiamentos via EGF sejam formalizados sempre no primeiro dia do mês, porque os próprios bancos oficiais estão ludibriando os produtores, quando determinam depois do dia 15 ou depois do dia 20 a assinatura dos contratos de EGF quando o agricultor já perdeu mais da metade da correção do preço do produto no mês, que também sejam através do Governo Federal suspensos de imediato os leilões de produtos agrícolas em pleno período de safra, porque isto deprime e vem forçando os preços a caírem ou forçando a exploração no momento da compra ou no momento da venda pelos produtores dos seus produtos porque o produto está sobrando no mercado, isto sim seja feito nas épocas de entressafra, quando realmente os produtos estão estocados e estão à disposição do Governo Federal e nesse momento ninguém duvida ou todos sabem do custo de produção da dificuldade que o produtor rural vem tendo, seja ele grande ou pequeno, porque o custo da produção é altíssimo e o preço mínimo do produto já o mínimo para garantir apenas o custo e nem isto é garantido através da política oficial.

Os produtores reivindicam também que sejam feitos pagamentos dos PROAGROS que já estão deferidos pelos agentes financeiros e muitas vezes demora 2, 3, 4, 5, 6 meses para serem pagos para os produtores quando já não têm mais condições de repor as perdas que tiveram.

Da mesma forma os produtores através desse documento exigem que a exploração aos produtores de fumo seja dado um basta que sejam classificados os fumos pela Clasper, que é uma empresa do Governo do Estado, Empresa Paranaense de Classificação de Produtos e hoje a reclamação dos produtores de fumo é muito grande neste sentido quando da sua classificação, porque as empresas fumageiras recebem o pro-

duto lá no galpão do agricultor, levam para classificar, levando e expondo o produto às intempéries, a chuva, a umidade, ao transporte e ao classificar lá na sua indústria, a classificação fica prejudicada e o agricultor se vê ludibriado e até roubado pelo seu direito do seu trabalho, pelo preço justo do seu trabalho e do seu suor.

Há a necessidade de que os órgãos oficiais do governo procurem garantir que esta classificação seja realmente de forma a garantir o direito à classificação justa aos produtores. Que seja classificado lá no seu paiol, no seu galpão, no momento da retirada ou no município onde a própria Clasper tem a sua sede e aí possa garantir uma classificação correta aos produtores.

Nós queremos solicitar que estes Requerimentos sejam aprovados por este Plenário e enviados às autoridades competentes na expectativa de que esses anseios, essas necessidades de medidas que sejam tomadas para resolver e para beneficiar os produtores rurais do nosso Estado, sejam tomadas de imediato pelas autoridades competentes.

Era isto, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - No horário das Lideranças, PTB com a palavra. Deputado Mário Bezerra.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Sr. Presidente, Srs.

Deputados, semana passada nós fizemos um pronunciamento aqui nesta Tribuna com relação ao episódio de invasores de terras e naquela ocasião nós até fizemos um elogio indireto ao Governador do Estado, Sr. Roberto Requião, porque achamos até que ele estava sendo injustificado, quando determinados segmentos da sociedade paranaense e até políticos o culpavam como o responsável direto pelo assassinato de agricultores e de policiais.

Naquela ocasião nós dizíamos que a responsabilidade não era só do Governador. Achamos coerente a nossa fala naquela ocasião.

Mas como o nosso papel nesta Assembléia é um papel crítico com relação ao Governo do Estado, nós não podemos deixar passar a ocasião de fazermos um pronunciamento rápido com relação às críticas que o Governador tem feito ao Senador José Eduardo de Andrade Vieira com relação a distribuição do feijão do Governo Federal.

(LÊ):

Pronunciamento do Deputado Mário Bezerra repelindo manobras do Governador Roberto Requião contra o Ministro José Eduardo de Andrade Vieira.

Senhor Presidente,
Senhores Deputados:

Ávido para ocupar espaços na mídia, onde não consegue se manter porque não tem obras a mostrar como administrador, uma vez que ainda não saiu da sonolência morderrenta que domina o atual Governo do Paraná, o Sr. Roberto Requião, que não tem demonstrado interesse em ajudar efetivamente os prefeitos paranaenses, tentou, à sua moda - que é caracterizada pelo desapego à verdade dos fatos -, envolver o ilustre Senador paranaense e Ministro da Indústria, Comércio e Turismo, José Eduardo de Andrade Vieira, numa denúncia de "intermediação" na distribuição do feijão pertencente ao Governo Federal às populações carentes do Paraná.

Na verdade, Senhor Presidente e ilustres Senhores Deputados, o que ocorreu é que, com o único objetivo de orientar e ajudar os prefeitos municipais no encaminhamento da documentação junto ao Ministério da Ação Social, para agilizar o processo em Brasília, o Escritório Político do Senador José Eduardo, enviou fax aos prefeitos paranaenses, sem discriminação partidária, colocando seus serviços em Curitiba e Brasília à disposição dos Prefeitos, para o preenchimento dos formulários de solicitação do feijão, ajuda burocrática, sem intermediação de quaisquer espécies, custo, pré-condição ou exigência de quaisquer retribuições futuras.

Ajudar os prefeitos a levar mais rapidamente benefícios de alimentação de iniciativa do Governo Federal em favor das populações mais carentes. Esta é a verdade. Ajuda do senador José Eduardo de Andrade Vieira aos prefeitos paranaenses. Sem exigências, sem contrapartidas, como sempre tem feito o ilustre líder paranaense em favor do nosso povo e da sua população.

De posse de uma cópia do fax expedido pelo Escritório Político do Senador José Eduardo em Curitiba, o governador preguiçoso e indolente com relação ao aumento de salários para funcionalismo; na realização de obras públicas reclamadas pelo povo paranaense; arrogante para com as decisões do Judiciário; foi ágil em montar o circo nas redações dos jornais, acusando o digno ministro José Eduardo de "intermediação".

Não satisfeito com o circo no Paraná, Requião tratou de ser ator em Brasília e na mídia nacional, formulando uma queixa contra o ministro que ao contrário do governador, omisso na ajuda aos prefeitos, foi José Eduardo diligente em favor da população carente.

Esta, Senhor Presidente e Senhores Deputados, é a verdade. É a realidade do que aconteceu. O resto é espetáculo com apre-

sentação do ator - diga de passagem - de representação medíocre chamado Roberto Requião.

E para que fique registrado nos Anais da Assembléia como parte deste meu pronunciamento e para registro histórico do trabalho do Senador José Eduardo em favor do povo paranaense, trago ao conhecimento de Vossas Excelências o noticiário publicado hoje pelos jornais "Indústria e Comércio", "Folha de Londrina" e "Jornal do Estado / Folha do Paraná", destacando que a queixa, em tom de denúncia, feita pelo Governador paranaense ao Presidente Itamar Franco, de que o ministro estaria intermediando a distribuição do feijão no Paraná, recebeu repúdio e condenação dos prefeitos paranaenses. "O Governo do Estado não fez nada para orientar os prefeitos sobre a disponibilidade do feijão e ainda tem a descompostura de reclamar de quem faz", declarou indignado o Prefeito de Guapirama, Alcimar Antonio da Silva. O prefeito afirmou que se o ministro José Eduardo de Andrade Vieira não tivesse orientado sobre a existência do produto e no preenchimento dos formulários de solicitação, não teria conseguido o benefício para a população carente de seu município.

Desejo também chamar a atenção de Vossas Excelências para o depoimento do Prefeito de Palmas, José Ferreira de Almeida, que também recebeu orientações da assessoria do ministro em Curitiba para a liberação do feijão. O prefeito considerou que só depõe contra o Governo do Estado". Para o Prefeito José Ferreira de Almeida e "denúncia" de Requião é um grave equívoco.

Ouçam - permitam-me Vossas Excelências esse meu pedido, mas é que estou empenhado, assim como os ilustres Senhores Deputados, em restabelecer a verdade, apenas a verdade, sobre essa manobra promocional de Requião. Ouçamos o que diz o digno prefeito de Palmas, falando em nome de prefeitos paranaenses. "Estamos recebendo essa ajuda do Ministro José Eduardo sem qualquer custo, pré-condição ou exigência de retribuição futura", esclareceu o prefeito. Bastaram essas palavras para encerrar o assunto e restabelecer-se a verdade.

Cabe acrescentar, Senhores Deputados, que outros prefeitos também condenaram, com toda razão, a falta de ajuda do governo estadual que, inclusive, poderia ajudá-los com relação ao transporte para a distribuição do feijão.

Muitos prefeitos estão temerosos das retaliações, como costuma fazer o governador, que além de não fazer nada para ajudar os prefeitos, ainda está ameaçando acabar com a isenção tributária do feijão e impedir a sua distribuição, pela fiscalização fazendária, à população carente de Curitiba e do Paraná.

Quero manifestar o meu aplauso ao ministro José Eduardo de Andrade Vieira que, com a coragem que caracteriza os seus atos, confirmou que está mesmo orientando as prefeituras do Paraná sobre como conseguir feijão de graça do Ministério da Ação Social. Para o ministro, esse trabalho deveria ser feito pelo próprio governador, se ele estivesse preocupado, de verdade, em garantir uma "panela cheia" para a população paranaense.

Não causa surpresa que o Governador Roberto Requião tenha agredido verbalmente o ilustre ministro paranaense. Ele já insultou os juizes e o clero. Insultou os funcionários públicos e os professores. Encarencou com meio-mundo no Paraná. Tanto que o "Jornal do Estado", em seu editorial de hoje, traz esta advertência aos paranaenses: "Não há mais a menor dúvida de que o Governador Roberto Requião perdeu o controle sobre o Estado". E acentua: "Requião é um desses que, devido ao seu caráter e à sua personalidade, desejaria uma ditadura eterna para fazer o que bem entendesse neste Estado".

Tanto é assim, Senhores Deputados, que a ilustre escritora paranaense Anita Zipin publicou nos principais jornais de Curitiba a sua fábula do Rei Quião. O tirano encenqueiro do Reino das Gralhas. O déspota que brigou com todas as lideranças do reino.

Não satisfeito com suas comissões administrativas o Rei Quião acorda mais vingativo. Quer tirar o feijão da mesa dos pobres.

Felizmente, para que isso não aconteça, o Ministro José Eduardo de Andrade Vieira está vigilante, ajudando os prefeitos paranaenses.

Muito obrigado.

O SR. MÁRIO BEZERRA: (Termina de ler).

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) Encerrado o horário das Lideranças, passa-se à

ORDEM DO DIA:

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria dos Senhores Deputados Orlando Pessuti e João Iensen, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Ernani Pudell, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.**

À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Senhor Deputado Domingos Carvalho, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Rossoni, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Renato Adur, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, indicando o nome do Senhor Deputado, como representante na Comissão Especial de Reforma a Constituição, lida na sessão do dia 15 do corrente mês. **À Diretoria Legislativa, para as providências cabíveis.**

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Renato Adur, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, indicando a substituição do Senhor Deputado Luiz Henrique Bona Turra, na Comissão de Finanças, pelo Senhor Nereu Alves de Moura, atualmente indicado para uma suplência da referida Comissão, ficando o primeiro Senhor Deputado indicado para suplente. **À Diretoria Legislativa, para as providências cabíveis.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 399/91, de autoria do Deputado Paulo Maia, que dispensa do estágio probatório o professor da rede pública estadual detentor de um primeiro cargo de professor com estágio probatório já concluído. Com **PARECERES FAVORÁVEIS** da C.C.J. e C.E.C.E. **Aprovado, artigo por artigo.**

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 372/92, de autoria do Deputado Florisvaldo Fier, que estabelece a faculdade de reunião mensal entre empregadores e servidores da administração direta, indireta e Fundações do Estado e/ou seus respectivos Sindicatos, Associações ou Federações. Com **PARECER FAVORÁVEL**: da C.C.J. (**Publicado no D.A. nº 168 de 24.11.92**)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 372/92

P A R E C E R:

O projeto de lei epigrafo, de auto-

ria do Deputado Florisvaldo Fier, objetiva estabelecer a faculdade de reunião mensal entre empregadores e servidores da Administração Direta, Indireta e Fundacional do Estado e/ou seus respectivos sindicatos, associações ou federações. Pretende a matéria, sinteticamente, a promoção de reuniões periódicas para a discussão de temas pertinentes às categorias, bem como de assuntos sindicais, reuniões a serem realizadas nos estabelecimentos empregadores.

A relação que se estabelece entre o Estado, na condição de empregador, e os servidores, na condição de empregados, em direito público é denominada regime jurídico. Segundo a Constituição Estadual, no inciso II, do Art. 66, é determinada a competência privada do Governador do Estado para iniciar o processo legislativo das leis que disponham sobre o regime jurídico de servidores do Poder Executivo. No Art. 54, da Constituição Estadual, inciso IV, elege-se a competência privativa da Assembléia Legislativa para, através de sua Mesa Diretora, dispor sobre seu quadro funcional. Também os Tribunais superiores exercem a competência privativa na organização de suas secretarias e serviços, na forma do que dispõe o Art. 99, inciso III, da Constituição, e o conjunto desses três Poderes compõe o Estado.

Diante do exposto, verificada a impossibilidade de tramitação da matéria por força de vício de inconstitucionalidade insanável, somos de parecer Contrário à mesma.

Sala das Comissões, em 01.12.92.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
NILTON BARBOSA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 372/92

Autoria: Deputado Florisvaldo Fier

Propõe o nobre Deputado Florisvaldo Fier, Dr. Rosinha, a possibilidade de poder fazer, os servidores públicos nele mencionados, reuniões mensais entre si e/ou Sindicatos e Associações, para discussão de temas de seus interesses.

A faculdade pretendida pelo subscritor da proposição é daquelas que transformam-se em uma possibilidade jurídica em seu exato sentido.

Tratando-se de direito futuro, dependente de regras posteriores, não vemos porque não deferi-lo, face a inexistência de óbice legal ou constitucional.

Somos de parecer favorável ao seu encaminhamento ao Plenário.

É o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 22.12.92.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
COLOMBINO GRASSANO - Relator

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Senhor Presidente, o Projeto 372. Nós estávamos em negociação com o Deputado Rosinha para ele retirar esse projeto. O Deputado Rosinha inclusive se encaminhava ao seu assento inclusive para isso. Nós estávamos justamente discutindo a questão desse projeto, que a orientação da nossa Bancada é a votação contrária. Mas em negociação com o Deputado Rosinha, ele se propôs a retirar esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - O projeto do Deputado Rosinha, ele, segundo o próprio parecer da Comissão de Constituição e Justiça, ele objetiva estabelecer a faculdade de reunião mensal entre empregadores e servidores da administração indireta e fundacional do Estado e seus respectivos sindicatos, associações e federações.

Pretende a matéria sinteticamente a promoção de reuniões periódicas para a discussão dos temas pertinentes às categorias, bem como assuntos sindicais, reuniões a serem realizadas em estabelecimentos empregadores. A relação que se estabelece entre o Estado na condição de empregador e os servidores na condição de empregados em direito público é denominada regime jurídico.

Segundo a Constituição Estadual, no inciso II do artigo 66, é determinada a competência privativa do Senhor Governador do Estado para iniciar o processo legislativo das leis que dispõem sobre regime jurídico de servidores do Poder Executivo. Razão pela qual, Senhor Presidente, a nossa Bancada, nós votamos contra este Projeto.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Não foi esta a manifestação da Bancada hoje, nobre Deputado.

O SR. RENATO ADUR (Para encaminhar) - Tudo bem, Senhor Presidente, nós amanhã entraremos com uma emenda a esse projeto, determinando esse horário para após as 18:00 horas, sem despesas para o erário público. É a posição da nossa Bancada. Obrigado.

O SR. NEREU ALVES DE MOURA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu quero registrar aqui nesta Casa, hoje, a presença dos jornalistas da Rádio de Guaraniaçu, companheiro Berto Silva e Caetano Neto, e do empresário de Três Barras do Paraná, nosso companheiro Nelson Dalmolin. Para registrar a presença dos companheiros da região Oeste do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Será registrado, Senhor Deputado.

Sobre a mesa, requerimento n° 321, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 336, de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 329, de autoria do Senhor Deputado Ovídio Constantino, constante do expediente. Em discussão.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Tem a palavra, pela ordem, o Deputado Ovídio Constantino.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Deputado Renato Adur.

Quero solicitar de Vossa Excelência, que retire o pedido de discussão desse requerimento, que apenas me pronunciei na tribuna há alguns instantes, enviando ao Secretário de Agricultura e também ao Governo Requião, um documento recebido por nós da Associação dos Sindicatos e Empregadores Rurais do Sudoeste. O mesmo documento está sendo enviado ao Presidente da República, ao Ministro da Agricultura e ao Diretor de Crédito da Carteira Agrícola, no sentido de encaminhar o documento dos Sindicatos para que eles atendam e ao Governador e Secretário da Agricultura, no sentido de dar conhecimento a eles desse documento e que eles somem os seus esforços, no sentido de exigir do Governo Federal o cumprimento do preço mínimo dos produtos dos agricultores. Não há nada que tenha problema.

Solicito de Vossa Excelência, para que deixasse que esse requerimento fosse encaminhado hoje.

O SR. RENATO ADUR - Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Adia-se, na forma regimental.

Requerimento n° 328, de autoria do Senhor Deputado Ovídio Constantino, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 330, 331 e 332, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. **Aprovados.** À Di-

retoria Legislativa.

Requerimento n° 322, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 323 e 324, de autoria do Senhor Deputado Heinz Herwig, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 333, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. Em discussão.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento n° 319, de autoria do Senhor Deputado Ernani Pudell, constante do expediente. Em discussão.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento n° 335, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Em discussão.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento n° 334, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Em discussão.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Encontra-se visitando a Assembléia o Senhor João Pilatos, da Cidade de Ponta Grossa.

Requerimento n° 338, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente.

O SR. ALGACI TÚLIO - Pela ordem, Senhor Presidente.

(Assentimento)

Eu queria, com muito pesar, registrar nos Anais da Casa e em nome dessa Assem-

bléia, o nosso voto de profundo pesar pelo falecimento do jornalista, companheiro nosso, que fez desta Casa seu local também de trabalho, atuando no Jornal a "Gazeta do Povo" e que foi vítima de um lamentável acidente automobilístico no dia de ontem, na BR-101, próximo a Garuva. Eu falo do jornalista Orcino Antonio Canesso, que com os seus cinquenta e um anos de idade, nos deixa nesse momento prematuramente.

Eu gostaria que nesse momento, em nome da Assembléia, em nome de todos os companheiros, os Anais da Casa registrassem o voto de profundo pesar pelo falecimento do jornalista Orcino Antonio Canesso.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Coloco em votação o Requerimento do nobre Deputado Algaci Túlio. Senhores Deputados que aprovam. **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 17, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 372/92.

Levanta-se a sessão.

Atas das Comissões:

COMISSÃO DE FINANÇAS

11.^a LEGISLATURA - 2.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 13.^a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos dez dias do mês de dezembro de um mil novecentos e noventa e dois, reuniu-se extraordinariamente, às 10:00 horas, na sala de reunião das comissões, a Comissão de Finanças, presidida pelo Senhor Deputado Lourenço Fregonese, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Maia, Nelson Garcia, José Alves, Oswaldo Trevisan e Alceu Swarowski. Não havendo expediente a ser lido passou-se à Ordem do Dia: 1) Projeto de Lei n° 398/91, de autoria do Deputado Algaci Túlio. Relator Deputado Alceu Swarowski. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 2) Projeto de Lei n° 404/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 137/92. Relator Deputado Nelson Garcia. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. O Senhor Presidente determina que se registre, em Ata que o Senhor Deputado João Iensen não pôde comparecer por motivo de força maior, e que por isto tivemos que apreciar nesta Comissão o Projeto de Lei n° 410/92 que foi restaurado por determinação do Senhor Presidente desta Casa. 3) Projeto de Lei n° 410/92, de autoria do Deputado Elío Lino Rusch e outros. Relator Deputado Paulo Maia. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada

Curitiba, terça, em 16.03.93

mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes, e por mim Wilson Penka. Secretário da Comissão.

(aa) DEPUTADO LOURENÇO FREGONESE

Presidente
WILSON PENKA
Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS

12.^a LEGISLATURA - 3.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DE INSTALAÇÃO

Aos quinze dias dos mês de março de um mil novecentos e noventa e três, reuniram-se na sala de reunião das comissões, os membros indicados pelas Lideranças para comporem a Comissão de Finanças, com o fim específico de proceder sua instalação e escolha do Presidente e Vice-Presidente. Presidida na forma regimental pelo Senhor Deputado Hermas Brandão, Vice-Presidente da Comissão Executiva. Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declarou instalada a Comissão, anunciando em seguida a realização das eleições para Presidente e Vice-Presidente. Procedido o sufrágio, constatou-se a maioria de votos nos nomes dos Deputados Lourenço Fregonese e Djalma de Almeida Cesar, para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, seguindo-se a posse. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião. Para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes, e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão, designado pelo Senhor Presidente.

(aa) DEP. LUIZ CARLOS ZUK,
DEP. DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR,
DEP. NEREU MOURA,
DEP. ELIO LINO RUSCH,
DEP. LOURENÇO FREGONESE,
DEP. ADEMAR TRAIANO,
DEP. JOÃO PREIS,
DEP. HERMAS BRANDÃO - Presidente
WILSON PENKA - Secretário

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
DA POLÍCIA MILITAR
ATA DA 6.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dois dias do mês de março de um mil, novecentos e noventa e três, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito da Polícia Militar, sob a presidência do Deputado Florisvaldo Fier e contando com as presenças dos Deputados Oswaldo Trevisan,

Luiz Henrique Bona Turra, Colombino Grassano, Plauto Miró Guimarães e João Iensen. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida a Ata da reunião anterior. Em seguida foi tomado o depoimento do Tenente Coronel Roberto Cesário, conforme notas taquigráficas em anexo. Após ouvir os membros da Comissão, o Senhor Presidente marcou reunião para o próximo dia 4 de março, às 9:00 horas, quando será tomado o depoimen-

to dos Coronéis Miguel Arcanjo Capriotti e Carlos Roberto Cidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Severo Olímpio Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e achada conforme será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros da Comissão.

(aa) FLORISVALDO FILI - Presidente
SEVERO OLÍMPIO SOTTO MAIOR - Secretário